

IX ENCONTRO DA ABCP

AT: Instituições políticas

**PADRÕES DE CARREIRA DOS DEPUTADOS ESTADUAIS E SUAS CONEXÕES
ELEITORAIS: UMA EXPLORAÇÃO A PARTIR DAS ASSEMBLEIAS
LEGISLATIVAS DE MINAS GERAIS, RIO DE JANEIRO, RIO GRANDE DO SUL E
SÃO PAULO**

Filipe Souza Corrêa (UFMG)

Brasília, DF
04 a 07 de agosto de 2014

PADRÕES DE CARREIRA DOS DEPUTADOS ESTADUAIS E SUAS CONEXÕES ELEITORAIS: UMA EXPLORAÇÃO A PARTIR DAS ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS DE MINAS GERAIS, RIO DE JANEIRO, RIO GRANDE DO SUL E SÃO PAULO

Filipe Souza Corrêa (UFMG)

Resumo do trabalho:

O presente artigo tem como tema os padrões de carreira dos deputados estaduais brasileiros. Tomou-se como hipótese que as conexões eleitorais apresentadas pelos deputados a partir das diferentes formas de distribuição geográfica dos votos (AMES, 2003; CARVALHO, 2003) incentivariam também diferentes ambições de carreira política. Considerando-se que a dinâmica legislativa estadual seja caracterizada pela limitação do escopo normativo e a presença de executivos estaduais com fortes poderes proativos e prerrogativas legislativas por parte do Executivo (TOMIO; RICCI, 2009; 2010; 2012a; 2012b), cabe aos legisladores estaduais pouca competência legislativa. Neste sentido, a exploração da tese das conexões eleitorais permitirá um avanço na interpretação dos padrões de carreira dos deputados a partir da compreensão do papel dos incentivos eleitorais sobre as ambições de carreira. Para isso, utilizaremos as informações de trajetória em dois momentos: anterior à eleição, e posterior. E, com isso, buscaremos identificar as relações entre esses padrões de carreira e a distribuição espacial das votações dos deputados a partir dos dados eleitorais de 2006 (TSE) para quatro Estados: MG, RJ, RS e SP.

Palavras-chave: carreira política; conexões eleitorais; legislativos subnacionais; deputados estaduais; reeleição

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objeto de análise os padrões de carreira dos deputados estaduais brasileiros considerando os efeitos das conexões eleitorais no âmbito estadual. Assume como hipótese que as conexões eleitorais apresentadas pelos deputados identificadas a partir das diferentes formas de distribuição geográfica dos votos incentivariam também diferentes ambições de carreira política. Com isso, busca-se identificar os determinantes dos diferentes padrões de carreira apresentados pelos deputados estaduais considerando o impacto das diferentes configurações espaciais de votação sobre a trajetória política destes parlamentares.

Consideramos a hipótese de que diferentes padrões espaciais de votação, aqui entendidos como incentivos eleitorais para o comportamento parlamentar (conexões eleitorais), estão associados de maneira significativa com diferentes padrões de carreira apresentados pelos parlamentares, inclusive possibilitando uma revisão teórica das ambições de carreira progressiva, estática e regressiva. Ou seja, com base na revisão teórica do conceito de conexões eleitorais, argumenta-se aqui que as diferentes trajetórias possíveis para os parlamentares são valoradas de maneira diferenciada entre os parlamentares principalmente pela relação que estabelecem com suas bases eleitorais, algo ainda não explorado pela literatura.

Este texto se divide da seguinte forma: além da introdução, na segunda seção é apresentado o referencial teórico a partir do qual serão analisadas as trajetórias de carreira dos deputados estaduais a partir das conexões eleitorais. Essa seção está subdividida em duas partes: na primeira são apresentados os principais elementos da discussão sobre carreiras legislativas no Brasil e sobre a dinâmica legislativa estadual e seu impacto sobre a interpretação das carreiras dos deputados estaduais. Na segunda parte, são apresentados os principais elementos teóricos da discussão sobre conexões eleitorais no Brasil, destacando a importância da compreensão de múltiplas conexões sobre a interpretação das ambições de carreira dos deputados. Na terceira seção são apresentados os aspectos metodológicos do trabalho, especialmente a construção dos padrões espaciais de votação e da identificação das trajetórias de carreira dos deputados. Na quarta seção são apresentados os resultados obtidos a partir da análise descritiva dos dados das trajetórias de carreira buscando responder a hipótese inicial. Na quinta e última seção são apresentadas as principais conclusões e sugestões para desenvolvimentos posteriores deste trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Carreiras políticase a dinâmica legislativa estadual

Quando falamos de padrões de carreira legislativa, a literatura sobre o tema no Brasil nos remete à discussão sobre o grau de profissionalização dos legislativos, e a principal preocupação se dá sobre a estabilidade da carreira legislativa. Essa preocupação em grande medida segue a premissa de Polsby (1968) de que o grau de profissionalização dos deputados diz muito sobre o grau de institucionalização da casa legislativa. Ou seja, se o cargo legislativo é desejável — o que segundo Polsby seria um resultado direto do grau de institucionalização —, então se pode esperar que haja pouca variação na composição do corpo legislativo, já que os deputados tenderiam a buscar a reeleição. Essa premissa levou alguns estudiosos a buscar os determinantes da reeleição, com vistas a explicar por que motivo alguns deputados buscam a reeleição e outros não, assim como, os determinantes do sucesso ou do fracasso nessa empreitada (LEONI; PEREIRA; RENNÓ, 2003; PEREIRA; RENNÓ, 2001; 2007). No entanto, alguns pontos explorados pela literatura ainda merecem alguma discussão.

Primeiramente, há que se destacar o fato de que o sistema federativo com três níveis de governo complexifica e muito as escolhas de carreira, especialmente pela possibilidade de se transitar entre os diferentes níveis de acordo com o cálculo que leva em consideração os benefícios e custos associados aos cargos disponíveis, bem como as chances de se conquistar o cargo pretendido.

Segundo Samuels (2000; 2003), com base numa análise das carreiras dos deputados federais brasileiros, a ambição de carreira política dos legisladores nacionais é progressiva e está nos cargos executivos em nível estadual ou municipal devido à concentração de poder e de acesso a recursos nos cargos executivos (eletivos ou não-eletivos). Ou seja, com base na estrutura de oportunidades de carreira no Brasil os cargos legislativos seriam hierarquicamente inferiores aos cargos executivos, independentemente do nível de governo. Disso decorre que o cargo de prefeito seria preferível aos cargos de deputados federal ou estadual, Essa preferência, portanto, apresenta impactos claros sobre a taxa de renovação da Câmara dos Deputados. Somando-se o fato de que no nosso sistema eleitoral proporcional de lista aberta os candidatos tendem a disputar votos com os seus correligionários de partido ou coligação, com base na leitura de Samuels, pode-se dizer que o sistema político brasileiro desincentiva a consolidação do corpo legislativo em nível nacional, raciocínio que pode ser estendido para as assembleias estaduais.

No entanto, um dos argumentos do presente trabalho é de que a motivação para a ambição progressiva no nível local não pode ser tratada da mesma forma que a ambição progressiva nos níveis estadual e nacional. Este argumento se baseia na hipótese de que a configuração espacial da base eleitoral dos deputados é um importante condicionante dessa

diferenciação, especialmente devido à relação estreita que os deputados podem apresentar em relação a suas bases eleitorais, como será explorado no tópico seguinte.

Em segundo, apesar dos incentivos identificados por Samuels (2000; 2003) para a renovação do corpo legislativo, as evidências empíricas mais recentes para a Câmara dos Deputados apontam para a predominância da tentativa de reeleição. Ao investigarem as razões de escolha de carreira dos deputados federais entre 1994 e 1998, Leoni, Perreira e Rennó (2003) constataram que o percentual de deputados que buscam a reeleição é bastante elevado, e a justificativa para o predomínio da tentativa de reeleição não está na natureza da ambição (se estática, conforme os dados indicam, em lugar de progressiva, conforme defende Samuels), mas sim no cálculo a partir do risco e dos custos de se aventurar em carreira progressiva, o que torna a ambição estática mais atrativa.

Em outro artigo, Perreira e Rennó (2001) indagam sobre os principais determinantes da reeleição dos deputados federais brasileiros, destacando a importância tanto dos aspectos políticos locais (grau de concentração da votação, grau de dominância, gasto de campanha, e a manutenção da base eleitoral, emendas e *porkbarrel*, e apoio do governador) quanto dos fatores políticos relacionados à dinâmica congressual (número de projetos, presença nas votações, posição na Câmara, senioridade, experiência prévia, posição ideológica do partido, posição no partido, mudança de partido, e apoio aos projetos do executivo).

Com base nesses resultados, os autores argumentam que tanto a atuação dos deputados no interior da Câmara, quanto o atendimento aos interesses específicos de certas localidades por meio das emendas orçamentárias individuais, apresentam impacto direto sobre as chances de reeleição. No entanto, os autores ressaltam em suas conclusões que é atividade de concessão de recursos concentrados que de fato apresenta maiores retornos eleitorais, seguindo-se disso o argumento de que parece haver uma desconexão entre a atuação do deputado no interior da Câmara e o seu desempenho eleitoral.

Por fim, pouco se sabe sobre as carreiras no nível estadual, apesar de algumas hipóteses formuladas pelos estudos sobre a Câmara terem impacto direto sobre a expectativa em relação às carreiras parlamentares estaduais. De acordo com a estrutura de oportunidades de carreira apresentada por Samuels, o cargo de deputado estadual só está acima do cargo de vereador na hierarquia de preferências para cargos eletivos. Em estudo recente sobre as trajetórias de carreira em assembleias legislativas estaduais, Anastasia, Correa e Nunes (2012) também evidenciaram uma predominância de ambição estática, considerando os deputados estaduais das assembleias do Ceará, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul nas eleições de 1990, 1994, 1998 e 2002. Os autores chegam a mencionar uma análise das conexões eleitorais, entretanto, a estratégia metodológica adotada não

permitiu resultados conclusivos sobre o impacto das conexões eleitorais sobre os padrões de carreira dos deputados estaduais.

Fica evidente, a partir da breve apresentação aqui proposta, que a literatura está orientada para a discussão das carreiras políticas no âmbito nacional, o que reflete em parte a ênfase da ciência política brasileira no entendimento do funcionamento do legislativo nacional, sendo que só recentemente os legislativos estaduais e municipais têm recebido a atenção devida. A partir das evidências encontradas até o momento, principalmente a partir da defesa da importância do federalismo no entendimento da carreira legislativa no âmbito nacional, tal como argumentou Samuels (2003), podemos constatar uma significativa conexão entre as preferências de carreira no âmbito nacional e nos demais níveis de governo. No entanto, apesar de suas conclusões apresentarem impactos sobre a discussão de ambições de carreira no plano estadual e municipal, argumentamos aqui que as conclusões apresentadas sobre a estrutura de oportunidades de carreira no Brasil não dão conta da diversidade de incentivos oriundos do nosso sistema eleitoral.

Portanto, diferentemente dos trabalhos anteriores, buscou-se explorar neste artigo as trajetórias de carreira dos deputados estaduais a partir de uma estrutura de oportunidades de carreira diferente daquela apresentada por Samuels (2003). Além disso, o contexto institucional nos legislativos estaduais apresenta grande diferença em relação à Câmara dos Deputados, implicando assim em diferentes incentivos para a carreira legislativa quando comparamos as ambições de carreira nos dois níveis.

A dinâmica legislativa estadual tem sido pouco abordada na ciência política brasileira em comparação com o que se produziu sobre a Câmara dos Deputados, principalmente para o período após a redemocratização. Num primeiro momento, os diagnósticos da dinâmica legislativa estadual apontavam para o papel chave exercido pelos governadores na dinâmica política estadual e com reflexos na representação política no interior da Câmara, subordinando os deputados aos interesses do governador.

A tese do *ultrapresidencialismo estadual* chamava atenção justamente para o domínio exercido pelos governadores sobre suas bancadas estaduais devido ao controle que tinham sobre as bases eleitorais (ABRUCIO, 1998). Este controle se dava na medida em que os governadores concentravam recursos que poderiam ser mobilizados, seja para sustentar aliados políticos, por meio da participação em secretarias estaduais ou por meio da promoção de obras nos redutos eleitorais de aliados políticos, seja para enfraquecer as bases eleitorais dos adversários, atribuindo ao nome do candidato aliado a responsabilidade por obras ou verbas destinadas ao distrito do adversário.

No entanto, as transformações no cenário macroeconômico nacional, e, principalmente, no cenário econômico dos estados a partir de 1994, colocam problemas para a sustentação desta tese nos dias de hoje. Ou seja, se de fato os mecanismos institucionais criados na

Constituição Federal de 1988 centralizam poder de agenda em torno do executivo estadual, por outro lado, os estados não dispõem mais dos mesmos recursos que dispunham no período imediatamente após a constituinte.

Recentemente, Tomio e Ricci fizeram um extenso levantamento sobre a produção legislativa estadual¹ no qual constaram, em primeiro lugar, uma clara diferença na dinâmica legislativa entre a Câmara dos Deputados e as assembleias investigadas; em segundo lugar, uma clara diferença na dinâmica decisória entre as assembleias legislativas consideradas; e por fim, uma diferença na dinâmica decisória em uma mesma assembleia legislativa quando considerados diferentes períodos constitucionais (TOMIO; RICCI, 2009; 2010; 2012a; 2012b).

Duas conclusões podem ser obtidas a partir das do estudo de Tomio e Ricci (2010, p. 24): por um lado os autores apontam, para a importância das regras institucionais na interpretação da produção legislativa estadual, destacando-se a limitação do escopo normativo estadual e a presença de executivos estaduais com fortes poderes proativos e prerrogativas legislativas. Disto resulta que cabe aos legisladores estaduais pouca competência legislativa, em geral sobre matérias de efeito distributivo limitado ou de caráter honorífico. Por outro lado, os autores destacam que, apesar dessas limitações descritas acima, há espaço para um protagonismo legislativo em matérias de escopo mais geral, o que torna a interpretação da dinâmica legislativa estadual um pouco mais complexa do que leva a crer a tese do ultrapresidencialismo estadual de Abrucio (1998).

Por outro lado, do ponto de vista das percepções, comportamentos e atitudes dos deputados estaduais, Castro, Anastasia e Nunes (2009, p. 986) confirmam a relevância da existência de uma base eleitoral definida e/ou de um grupo de apoiadores consistentes² para o comportamento particularista em doze estados da Federação. Este resultado indica que para uma parte significativa dos deputados estaduais entrevistados por meio de *survey* a relação com a sua base eleitoral importa em grande medida para o comportamento parlamentar. No entanto, os próprios autores apontam em suas considerações finais que a análise apresentada não tem como foco (ainda que por limitação dos dados utilizados) a

¹ Antes da pesquisa de Tomio e Ricci, os aspectos institucionais do processo legislativo nos estados, assim como o papel do Legislativo estadual em relação ao poder Executivo, já haviam sido objeto de investigação por parte de alguns estudos, cujos resultados foram organizados em uma coletânea intitulada de "O Poder Legislativo nos estados: diversidade e convergência" (SANTOS, 2001). No entanto, a possibilidade de comparação entre as assembleias é limitada já que cada estudo enfatizou um aspecto diferente do processo decisório.

²Os autores partiram da perspectiva teórica de Arnold (1990) aplicada à U. S. House of Representatives, segundo a qual o congressista norte-americano não está apenas orientado para uma lógica distributivista com vistas à reeleição, já que a sua decisão pode apresentar variações de acordo com o contexto decisório. Para isso, precisa estar consciente da posição a ser tomada, assim como, dos possíveis efeitos da sua decisão (ARNOLD, 1990, p. 82). E, além disso, o deputado precisa conhecer em grande medida as preferências por políticas dos públicos atentos envolvidos com a matéria em pauta, bem como, das preferências potenciais dos públicos desatentos. Um atalho informacional para este cálculo é conhecer as preferências dos seus apoiadores consistentes

análise da distribuição espacial das votações dos deputados como forma de verificar se as suas opiniões são coerentes com as suas conexões eleitorais, e nem de que modo estas se articulam em diferentes contextos decisórios.

Em suma, o impacto da dimensão institucional endógena sobre o comportamento dos parlamentares estaduais, no que se refere às suas estratégias de carreira, parece bastante claro. Se de um lado o legislativo estadual não proporciona um cargo atrativo do ponto de vista da capacidade legislativa limitada e devido ao forte poder de agenda do executivo estadual, por outro lado, de acordo com a opinião dos próprios deputados, a sua base eleitoral teria grande importância para o seu comportamento nas assembleias. Portanto, a relação dos deputados com o seu eleitorado não deveria ser desconsiderada na análise das estratégias de carreira.

Sendo assim, resta saber se é possível identificar algum padrão de estabilidade nas carreiras no legislativo estadual, ou se esse cargo é apenas um trampolim para postos mais elevados em nível federal, ou mesmo, se o padrão de carreira predominante é o vai-e-vem entre o legislativo estadual e os executivos municipais. Com isso, é notória a necessidade de se explorar os padrões de carreira dos deputados estaduais tendo como foco as diferentes conexões eleitorais apresentadas, hipótese que será desenvolvida no próximo tópico.

2.2 A conexão eleitoral e seu impacto sobre as carreiras legislativas

Neste tópico revisitaremos o conceito de conexão eleitoral tal como apropriado para o contexto institucional brasileiro, destacando-se, principalmente, a interpretação de suas múltiplas manifestações no nosso contexto institucional e os efeitos esperados sobre as carreiras legislativas no âmbito estadual.

O conceito de conexão eleitoral se tornou amplamente conhecido a partir do clássico *“Congress: The Electoral Connection”*, no qual Mayhew (1974) apresenta uma extensa discussão sobre o comportamento parlamentar dos congressistas norte-americanos. É neste livro que Mayhew apresenta a famosa premissa de que os legisladores norte-americanos são *“single-minded seekers of reelection”* (MAYHEW, 1974, p. 5). E com o intuito de responder a essa premissa, segundo Mayhew, os congressistas precisam orientar o seu comportamento a fim de estabelecer maior contato com as suas bases eleitorais (*constituencies*). Sendo assim, o autor identifica três comportamentos apresentados pelos congressistas norte-americanos com o intuito de estabelecer esta conexão: *advertising*, *credit claiming* e *position taking*.

No entanto, enquanto os distritos eleitorais americanos definem claramente qual será a configuração espacial da base eleitoral de um determinado congressista, no Brasil, o

sistema proporcional de lista aberta e com distritos de grande magnitude favorece a conformação de bases eleitorais com diferentes configurações espaciais dentro de um mesmo distrito. A partir dessa constatação acerca da distribuição espacial dos votos dos deputados federais brasileiros, Barry Ames (2003), partindo do conceito de conexões eleitorais descrito por Mayhew, defende a ideia de que o comportamento apresentado pelos deputados brasileiros estaria fortemente influenciado pela forma como se dá a extração geográfica dos seus votos, tomando-se como referência, principalmente, o comportamento de reivindicação de crédito tal como apresentado pelos congressistas norte-americanos.

Com isso, Ames (2003, p. 64) propõe a identificação de dois eixos de acordo com os quais se estruturam os padrões espaciais de votação dos deputados: O eixo da concentração/fragmentação da votação entre os municípios nos quais o deputado é votado, e o eixo da dominância/compartilhamento de votação nestes municípios. Posteriormente esses dois eixos são combinados para formar uma tipologia de quatro padrões espaciais de votação.

O tipo *concentrado-dominante* corresponde o mais próximo possível ao tipo de conexão eleitoral descrito para o caso norte-americano, ou seja, deputados com votações extremamente concentradas em poucos municípios e com uma tendência a recolher grande parte dos votos nestes municípios. Este seria, então, o típico deputado “distritável” já que o conjunto de áreas nas quais se elege mostram uma disputa eleitoral bastante parecida com a que ocorre nos distritos uninominais americanos. Portanto, são esses deputados que apresentam os maiores incentivos para um comportamento paroquialista já que a sua votação é claramente localizada.

O segundo tipo, denominado de *fragmentado-dominante*, também corresponderia a um incentivo de atuação paroquialista, segundo Ames, apesar da sua distribuição horizontal se caracterizar pela dispersão, os deputados apresentam uma tendência a obter grande parte das votações em municípios não contíguos. Esse padrão pode ser visto como uma especificidade do sistema de representação proporcional, o qual permite que os candidatos façam suas campanhas e obtenham votos em todos os municípios do distrito eleitoral. No entanto, segundo Ames (2003), devido à conjugação de uma distribuição dispersa dos votos com elevada dominância em alguns municípios não contíguos, este padrão espacial corresponderia ao tipo de votação apresentando por deputados que fizeram algum tipo de acordo com os líderes políticos locais, como os prefeitos que fazem parte do mesmo partido, ou por candidatos que exerceram algum cargo no executivo estadual que permitisse controlar a distribuição de políticas públicas que pudessem ter beneficiado algumas localidades em especial.

O terceiro tipo, o *fragmentado-compartilhado*, segundo Ames (2003) seria típico de representantes de “bancadas de interesses” que poderiam ser de três tipos: representantes

de segmentos do eleitorado que apresentam grande afinidade ideológica, votando de maneira coesa apesar de sua dispersão pelo território; representantes de segmentos do eleitorado que se distribuem de maneira mais ou menos uniforme pelo distrito eleitoral de acordo com alguma característica identitária que tenha impacto significativo nas suas intenções de voto, como os segmentos religiosos, étnicos, migrantes, etc.; e deputados que exercem ou exerceram alguma atividade relacionada às mídias (donos de rádio ou TV, apresentadores de programas de elevada audiência, etc.).

E, por fim, o tipo *concentrado-compartilhado*, de acordo com Ames (2003) se caracterizaria pela concentração de votação elevada em poucos municípios, mas com uma tendência a compartilhar a votação destes com outros candidatos. Ainda segundo Ames (2003), este padrão de votação seria típico (mas não exclusivamente) dos deputados eleitos em grandes áreas metropolitanas e capitais, onde o tamanho do eleitorado concentrado em poucos municípios permite que vários deputados consigam atingir um total de votação suficiente para se eleger sem que apresentem qualquer dominância eleitoral.

Cabe registrar que a tese das conexões eleitorais no Brasil tem sido entendida de maneira bastante limitada. Em geral, os trabalhos que buscam explorar os efeitos dos incentivos eleitorais para o comportamento parlamentar estão centrados na busca de evidências do comportamento paroquialista, ou seja, da concessão de benefícios concentrados (*pork-barrel*) para as suas bases eleitorais. Esse viés interpretativo na consideração das conexões eleitorais se deve em parte à ênfase excessiva dada por Ames (2003) ao comportamento parlamentar paroquialista no âmbito nacional. Se de um lado Ames apresenta uma interessante tipologia dos padrões espaciais de votação dos deputados com vistas a captar diferentes conexões eleitorais possíveis como resultado da configuração do nosso sistema eleitoral. Por outro lado, sua leitura excessivamente distributivista do comportamento parlamentar, teria como justificativa a combinação de um sistema eleitoral proporcional de lista aberta e um sistema partidário fragmentado. Esses dois fatores institucionais exógenos combinados conformariam então a predominância de um incentivo ao comportamento paroquialista como resposta ao personalismo expresso na forma de extração eleitoral.

Contudo, seguindo a mesma linha de análise de Ames (2003), Carvalho (2003) investigou a geografia do voto dos deputados federais eleitos em 1994 e 1998, identificando os tipos predominantes e as diferenças regionais em termos da predominância de determinados padrões espaciais de votação. Carvalho (2003) se propôs a considerar as diversas possibilidades de atuação parlamentar — seja paroquialista, seja universalista — resultantes dos diferentes padrões espaciais de votação identificados. Portanto, sua análise se distancia da ênfase equivocada dada por Ames ao comportamento distributivista, uma generalização que limitou a sua análise do comportamento parlamentar (CARVALHO, 2003,

p. 59). Sendo assim, Carvalho (2003) utilizou-se tanto de um *survey* sobre comportamentos, valores e atitudes dos parlamentares eleitos, quanto de uma análise qualitativa substancial sobre o conteúdo dos projetos de lei e emendas ao orçamento da União propostas pelos parlamentares brasileiros. Os resultados encontrados são contundentes em apontar a importância das conexões eleitorais na explicação do comportamento parlamentar — a despeito dos mecanismos institucionais centralizadores do processo legislativo federal —, contribuindo, assim, para o debate sobre em que medida as dinâmicas eleitoral e parlamentar podem ser consideradas como independentes. Em diálogo direto com Ames, o estudo de Carvalho aponta para o fato de que os incentivos ao comportamento paroquialista não são preponderantes na conformação da Câmara dos Deputados, ou seja, outros incentivos também estão presentes e devem ser igualmente objeto de investigação.

Ademais, olhando atentamente para a caracterização dos quatro tipos de padrões espaciais de votação tal como apresentada por Ames, identificamos que o autor considera a possibilidade de uma correlação significativa entre os padrões espaciais de votação e a carreira dos deputados. Deste modo, podemos considerar que a investigação das conexões eleitorais não pode se limitar ao comportamento parlamentar em plenário, com foco estrito no comportamento parlamentar. Dito de outra maneira, propomos aqui a consideração de que os incentivos oriundos do sistema eleitoral impactam também de maneira significativa as carreiras políticas dos parlamentares.

Considerando o tipo *concentrado-dominante*, dada a relação estreita da votação dos deputados com os limites municipais que compõem os distritos, podemos esperar que esses deputados apresentem relação estreita com a disputa política local. Ou seja, podemos assumir como hipótese que esses deputados não apresentam interesse em manter uma carreira legislativa no nível estadual. Ou seja, podemos esperar que estes deputados sejam oriundos dos cargos de prefeito ou vereador, e que seriam fortes candidatos ao cargo de prefeito em disputas posteriores, já que o cargo de deputado estadual proporcionaria ao político a manutenção do contato com sua base eleitoral. Já no caso do tipo *fragmentado-dominante*, poderíamos ter como hipótese a preferência desses deputados pela manutenção da carreira parlamentar no nível estadual, inclusive como estratégia de ascensão aos postos no Executivo estadual, como forma de garantir o acesso aos recursos necessários para sustentar o desempenho eleitoral nas localidades que conformam a sua base de votação. Para o tipo *fragmentado-compartilhado*, assumimos como hipótese que esse conjunto de deputados não seriam oriundos de cargos no nível municipal, dada a distribuição espacial de sua votação, ao mesmo tempo em que seriam propensos à ambição estática, dada a relação estreita com as demandas estaduais. Porém, não descartamos a possibilidade de que esses deputados apresentem ambição progressiva para o cargo de deputado estadual, contudo, acreditamos predominar a ambição estática, já que são elevados os custos de uma

ambição progressiva. Por fim, em relação ao tipo *concentrado-compartilhado*, fazemos a ressalva de que é importante diferenciarmos os deputados que concentram e compartilham votos na capital daqueles que o fazem nos demais municípios. O argumento para esta diferenciação é que o fato de que a competição para a prefeitura nos demais municípios pode ser menos custosa do que a competição para a prefeitura da capital. Em outras palavras, podemos dizer que há um maior incentivo para a competição por cargos executivos municipais entre os deputados que concentram e compartilham votos nos demais municípios do que entre aqueles que o fazem na capital, do que decorre que dentre estes últimos predominaria uma ambição estática.

3 METODOLOGIA

O ponto de partida metodológico deste artigo é uma taxonomia dos deputados estaduais eleitos em 2006, nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. Essa taxonomia é obtida a partir do tratamento quantitativo das votações dos deputados nos municípios, a fim de operacionalizar o conceito de conexões eleitorais por meio da identificação dos diferentes padrões espaciais de votação (AMES, 2003; CARVALHO, 2003; CORRÊA, 2011).

A escolha destes estados se justifica por estarem entre as cinco maiores assembleias legislativas em termos numéricos (sendo 94 deputados em São Paulo, 77 em Minas Gerais, 70 no Rio de Janeiro, e 55 no Rio Grande do Sul). Portanto, o elevado número de deputados permitiria análises consistentes e significativas dos efeitos das conexões eleitorais sobre os comportamentos parlamentares, inclusive possibilitando uma análise comparativa das condicionantes institucionais que, por conta das limitações de espaço não será objeto de análise neste artigo.

No entanto, apesar do número limitado de casos não nos permitirem fazer inferências sobre o conjunto dos deputados estaduais no Brasil, acreditamos que esse número de casos é suficiente para testarmos a significância da associação entre os padrões espaciais de votação e as trajetórias de carreira dos deputados, conforme veremos na quarta seção. Permitindo, portanto, avançarmos na discussão sobre padrões de carreira e conexões eleitorais no âmbito estadual no Brasil.

3.1 Operacionalizando o conceito de conexões eleitorais

3.1.1 Grau de concentração/dispersão

A fim de verificar como se comporta a votação dos deputados eleitos a partir do eixo de análise da concentração/dispersão da votação dos deputados estaduais em cada um dos

quatro estados considerados, calculou-se o *índice do número efetivo de municípios* (N_{mun}) por deputado³. A construção deste índice permite identificar de maneira aproximada um número médio de municípios onde os deputados estaduais obtêm expressiva votação⁴. Ou seja, a partir dele podemos identificar um grau de concentração ou dispersão espacial da votação dos deputados considerando o eixo horizontal da distribuição de sua votação. O indicador é calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$N_i^{mun} = 1 / \sqrt{\sum_{j=1}^n p_{ij}^2}$$

Onde p_{ij} é a proporção de votação de um deputado i no município j ; e n é o número de municípios em que o deputado i foi votado.

O quadro 1 apresenta as estatísticas descritivas do N_{mun} para cada uma das assembleias legislativas consideradas. Os resultados, como se pode ver, apontam para uma tendência clara à concentração das votações em poucos municípios nos casos das assembleias de São Paulo e Rio de Janeiro. Já as assembleias de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul apresentaram médias elevadas, o que indica que as votações tendem a ser mais dispersas nesses dois estados do que nos demais.

Quadro 1 - Estatísticas descritivas do índice do número efetivo de municípios (N_{mun}) para os deputados estaduais

Assembleias Legislativas	Nº Deputados	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
São Paulo	94	1,13	43,23	5,86	6,09
Minas Gerais	77	1,44	56,17	14,07	13,62
Rio de Janeiro	70	1,05	21,65	3,56	3,64
Rio Grande do Sul	55	1,44	68,55	15,11	17,00

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2006.

³Esse recurso metodológico é uma adaptação do consagrado *índice do número efetivo de partidos* (N) de Laakso e Taagepera (1979) que tem como objetivo mensurar o número de partidos “efetivos” de um determinado sistema partidário; ou seja, fornecer um número aproximado de partidos que competem pela maioria dos votos num determinado sistema partidário. Em outras palavras, esse índice é mais do que um construto matemático que facilita a visualização do grau de concentração/fragmentação da competição em uma determinada arena.

⁴Existem ressalvas em relação ao fato deste índice não incluir no seu cálculo nenhum elemento espacial que leve em consideração as distâncias; no entanto, optou-se por manter a sua utilização, em primeiro lugar, por ter apresentado resultados satisfatórios na análise de Carvalho (2003); e, em segundo, pelo fato de permitir a comparabilidade com os resultados encontrados em sua análise; e, por fim, principalmente, por afastar as complicações próprias da análise estatística espacial ao lidar com um espaço bastante heterogêneo.

A partir das informações dos N_{mun} , construiu-se uma tipologia que compreende diferentes graus de concentração/dispersão das votações dos deputados no interior de cada estado considerado⁵. Ou seja, mantendo-se os quatro tipos de concentração/dispersão da votação utilizados por Carvalho (2003), os resultados do índice para cada conjunto de deputados foram submetidos a uma análise de *cluster* a fim de agrupá-los em quatro faixas⁶.

O Quadro 2 apresenta os resultados da classificação dos deputados segundo o grau de concentração/dispersão de sua votação a partir do procedimento de *k-means* para cada uma das assembleias legislativas consideradas. Os resultados dessa classificação reafirmam o caráter concentrado da maioria das votações, sendo que essa tendência mais forte nos casos do Rio de Janeiro e São Paulo do que nos demais estados. Em Minas Gerais, por exemplo, a faixa de concentração alta corresponde a menos da metade dos casos.

Quadro 2 - Análise de cluster do índice do número efetivo de municípios por deputado estadual

Cluster	São Paulo		Minas Gerais		Rio de Janeiro		Rio Grande do Sul	
	Dep.	%	Dep.	%	Dep.	%	Dep.	%
Concentração alta	68	72,3	35	45,5	51	72,9	33	60,0
Concentração média	21	22,3	21	27,3	15	21,4	10	18,2
Dispersão média	4	4,3	15	19,5	3	4,3	8	14,5
Dispersão alta	1	1,1	6	7,8	1	1,4	4	7,3

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2006.

3.1.2 Grau de dominância/compartilhamento

O resultado anteriormente apresentado para o eixo de distribuição horizontal da votação dos deputados estaduais é interessante ao mostrar a predominância de um padrão concentrado de distribuição espacial da votação nas quatro assembleias legislativas em estudo. Entretanto, conforme destacou Carvalho (2003, p. 99), o eixo de distribuição vertical da votação dos deputados eleitos tal como proposto por Ames (2003) pode modificar de maneira substancial a interpretação das conexões eleitorais ao levar em consideração a

⁵Neste ponto, segue-se o ajuste feito em Corrêa (2011) para a construção da tipologia utilizada em Carvalho (2003). A justificativa para tal é que, por se tratarem de eleições para cargos diferentes, não foi possível seguir os mesmos pontos de corte utilizados por Carvalho, além do fato de que o método utilizado em Corrêa permite uma alternativa à definição de cortes arbitrários nos valores do índice.

⁶A solução encontrada para a classificação dos diferentes graus de concentração/dispersão de votação se mostrou satisfatória já que este procedimento tem como objetivo encontrar grupos de valores de uma mesma variável cujas médias se distanciem significativamente entre si a partir de um número de grupos previamente definido. Ou seja, este procedimento permite classificar o tipo de concentração/dispersão da votação dos deputados entre si a partir de quebras significativas na distribuição dos diferentes índices de concentração/dispersão.

dominância eleitoral dos deputados. De acordo com Carvalho (2003) a hipótese que dá fundamento ao estudo do grau de distribuição vertical da votação dos deputados eleitos além de ter ligação com a existência de mercados eleitorais menos competitivos, funcionaria também como um forte incentivo para uma atuação parlamentar paroquialista, já que a dominância de votação num determinado município pressupõe que este se configure como um reduto eleitoral claramente identificado em termos dos seus limites territoriais.

O conceito de dominância tal como formulado por Ames (2003) e utilizado por Carvalho (2003) e Corrêa (2011), permite apreender o grau em que um determinado deputado consegue polarizar a votação em relação aos demais candidatos nos municípios onde obtém a maior parte dos seus votos. Portanto o conceito de dominância nada mais é, segundo a formulação original de Ames (2003, p. 65), do que um índice de dominância média que leva em consideração a percentagem da votação do deputado nos municípios, ponderada pelo peso de sua votação neste município em relação ao total de sua votação no estado como um todo. Sendo assim, o *índice de dominância média* (D_{mun}) dos municípios de votação é calculado pela seguinte fórmula:

$$D_i^{mun} = \sum_{j=1}^n \left(\frac{v_{ij}}{p_j} * \frac{v_{ij}}{V_i} \right)$$

Onde v_{ij} é o total de votos do candidato i no município j ; p_j é o total de votos válidos para deputados estaduais no município j ; V_i é o total de votos obtidos pelo deputado j em todo o estado, e n é o total de municípios em que o deputado foi votado.

O quadro 3 apresenta as estatísticas descritivas do D_{mun} para cada uma das assembleias legislativas. Apesar deste índice ser pouco intuitivo em sua interpretação, pode-se perceber uma tendência ao compartilhamento de votação nas quatro assembleias consideradas, sendo que a dominância tende a ser um pouco maior em Minas Gerais e um pouco menor no Rio de Janeiro.

Quadro 3 - Estatísticas descritivas do índice de dominância média de municípios (D_{mun}) dos deputados estaduais

Assembleias Legislativas	Nº Deputados	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
São Paulo	94	0,01	0,70	0,236	0,200
Minas Gerais	77	0,03	0,70	0,332	0,172
Rio de Janeiro	70	0,01	0,53	0,146	0,144
Rio Grande do Sul	55	0,05	0,72	0,265	0,157

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2006.

Partindo das informações dos índices de dominância média calculados para cada deputado eleito, construiu-se uma tipologia que compreende diferentes graus de dominância com o intuito de identificar perfis diferenciados de dominância entre os deputados. A análise feita por Carvalho (2003) considerou quatro graus de dominância de votação entre os deputados federais, utilizando o desvio padrão do índice de dominância para classificarem quatro diferentes graus de dominância/compartilhamento⁷.

Resta saber, portanto, como se agrupam os deputados estaduais de acordo com o seu grau de dominância eleitoral nas quatro assembleias selecionadas. No Quadro 4, em que são apresentados os resultados da análise de *cluster* a partir do *índice de dominância média de municípios* (D_{mun}), pode-se perceber que os resultados não apontam para a dominância como o tipo mais frequente, ao contrário, o compartilhamento de votação tende a ser bastante elevado como no caso do Rio de Janeiro, em que 55,7% dos deputados apresentou compartilhamento alto de votação. Já os deputados de Minas Gerais foram os que apresentaram maior tendência à dominância quando comparados com os demais estados, o percentual de deputados com dominância alta de votação chega a 23,4%. No entanto, apesar de não ser predominante, a dominância de votação no caso dos deputados estaduais investigados apresenta valores bastante expressivos se consideramos que o sistema eleitoral incentiva a dispersão de votação. Portanto, os resultados ora apresentados apontam para uma conexão eleitoral localista para uma parte considerável dos deputados.

Quadro 4 - Análise de cluster do *índice de dominância média de municípios* (D_{mun}) dos deputados estaduais

Cluster	São Paulo		Minas Gerais		Rio de Janeiro		Rio Grande do Sul	
	Dep.	%	Dep.	%	Dep.	%	Dep.	%
Dominância alta	5	5,3	18	23,4	6	8,6	3	5,5
Dominância média	26	27,7	20	26,0	11	15,7	18	32,7
Compartilhamento médio	26	27,7	25	32,5	14	20,0	20	36,4
Compartilhamento alto	37	39,4	14	18,2	39	55,7	14	25,5

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2006.

3.1.3 Padrões espaciais de votação

De acordo com a proposta analítica de Ames (2003), a existência de dois eixos de configuração da distribuição espacial da votação dos deputados eleitos (concentração e dominância) permite a sua combinação numa tipologia de padrões espaciais, definindo

⁷Neste trabalho, utilizou-se o mesmo procedimento de agrupamento aplicado na construção do grau de concentração/fragmentação espacial da votação dos deputados, já que a análise de *cluster* pelo método de *k-means* apresentou resultado satisfatório na construção dos padrões de dispersão espacial da votação (CORRÊA, 2011).

assim quatro diferentes perfis de incentivos para o comportamento parlamentar (concentrado-dominante, concentrado-compartilhado, fragmentado-dominante, e fragmentado-compartilhado), sendo que cada um corresponde a um tipo de conexão eleitoral.

Além disso, dentre os deputados estaduais classificados como sendo de padrão concentrado-compartilhado, buscou-se diferenciar aqueles que concentram suas votação em mais de 50% na capital, daqueles que concentram a maior parte de sua votação nos demais municípios. A justificativa para tal distinção é o fato de que é possível que os deputados cujo padrão espacial de votação foi caracterizado como sendo concentrado-compartilhado, apresentem os mesmos incentivos à ambição local que os concentrado-dominantes. Como se pode perceber, a partir dos resultados do quadro 5, há uma predominância dos tipos concentrado-dominante e concentrado-compartilhado nos demais municípios, porém no caso do Rio de Janeiro, fica evidente o peso da representação da sua capital em relação ao restante do estado, assim como no caso de São Paulo em que o percentual de deputados que concentra votação na capital é igual ao percentual de deputados que concentram e dominam votações em municípios do interior do estado.

Quadro 5 - Padrão espacial de votação dos deputados estaduais nos municípios

Padrões espaciais de votação	São Paulo		Minas Gerais		Rio de Janeiro		Rio Grande do Sul	
	Dep.	%	Dep.	%	Dep.	%	Dep.	%
Concentrado-dominante	31	33,0	26	33,8	16	22,9	19	34,5
Concentrado-compartilhado na capital	31	33,0	7	9,1	28	40,0	8	14,5
Concentrado-compartilhado nos demais municípios	27	28,7	23	29,9	22	31,4	16	29,1
Fragmentado-dominante	0	0,0	12	15,6	1	1,4	2	3,6
Fragmentado-compartilhado	5	5,3	9	11,7	3	4,3	10	18,2

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2006.

3.2 Identificando as trajetórias de carreira dos deputados

A fim de identificar as trajetórias de carreira dos deputados estaduais eleitos em 2006 nas quatro assembleias legislativas consideradas, realizou-se uma análise qualitativa dos resultados das eleições de 2002, 2004, 2008 e 2010. Ou seja, para cada deputado eleito em 2006 identificou-se as seguintes situações: se concorreu em alguma (ou em ambas) das duas eleições anteriores ao ano de referência, e se concorreu em alguma (ou em ambas) das duas eleições posteriores ao ano de referência⁸.

⁸ Para esta análise foram descartados os 26 deputados que não participaram das eleições de 2008 e 2010, seja por abandono da vida política, seja por cassação, por terem suas candidaturas indeferidas,

Identificadas as participações nas eleições para os anos selecionados considerou-se também as informações: qual o cargo disputado, e se foi eleito ou não. Conforme dito anteriormente, para a análise das ambições de carreira os casos mal sucedidos em disputas posteriores ao ano de referência não serão excluídos da análise, já que o interesse em disputar o cargo em questão já seria um indicativo do interesse em assumir o cargo pretendido⁹.

Para a identificação das ambições, manteve-se os termos de ambição progressiva, estática e regressiva, tal como utilizado pela literatura. Em seguida, caracterizou-se a ambição em cada um dos segmentos da trajetória assumindo a seguinte hierarquia de preferência em cargos eletivos em termos da utilidade obtida: Governador é preferível a Senador, que é preferível a Prefeito, que é preferível a Dep. Federal, que é preferível a Dep. Estadual, e que, por fim, é preferível ao cargo de Vereador. Sendo assim, chegou-se a sete categorias de classificação dos segmentos de trajetória em relação à natureza da ambição e ao nível de governo de referência: progressiva nacional, estadual ou local, estática, e regressiva nacional, estadual ou local.

A partir dessa caracterização da ambição em cada segmento de trajetória buscou-se separar alguns grupos de trajetória em relação ao percurso anterior à chegada à assembleia em 2006. E, dentro desses grupos, buscou-se identificar o percurso posterior à legislatura de referência como forma de capturar a ambição preponderante da carreira do deputado considerando-se a trajetória como um todo. O resultado dessa classificação pode ser visto no quadro 6.

ou porque assumiram cargos não eletivos. Dado o pequeno número de casos e a diversidade de motivos para o abandono da carreira, decidiu-se por não analisar a trajetória desses deputados. Espera-se que, com a ampliação do número de casos, seja possível formular hipóteses para essas ocorrências.

⁹ Não se pode ignorar a existência de estratégias partidárias, da influência das características da competição no nível local, bem como de efeitos *coattail* exercidos tanto pelas campanhas presidenciais quanto para governador, no condicionamento das carreiras dos deputados, e das chances de obter sucesso na disputa. No entanto, por conta de espaço esses elementos não serão explorados neste artigo. Além disso, tem-se como pressuposto que somente a identificação das trajetórias com destaque às ambições preponderantes já seja suficiente para explorar a hipótese em questão. O argumento é que o efeito da configuração espacial das votações dos deputados sobre as trajetórias de carreira dos deputados seria anterior aos condicionantes acima listados.

Quadro 6 – Classificação das trajetórias de carreira dos deputados estaduais de acordo com a origem e ambição de carreira predominante.

	2002	2004	2006	2008	2010	
1			Deputado Estadual	(PN) → Dep. Fed./Senador (E) → Dep. Estadual (PL) → Prefeito → (E) → Dep. Estadual (PL) → Prefeito	(PN) → Dep. Fed./Senador (E) → Dep. Estadual (PL) → Prefeito → (E) → Dep. Estadual (PL) → Prefeito	1.1 1.2 1.3 1.4
2		Vereador	Deputado Estadual	(PN) → Dep. Fed./Senador (E) → Dep. Estadual (PL) → Prefeito → (E) → Dep. Estadual (PL) → Prefeito	(PN) → Dep. Fed./Senador (E) → Dep. Estadual (PL) → Prefeito → (E) → Dep. Estadual (PL) → Prefeito	2.1 2.2 2.3 2.4
3		Prefeito de 2000 a 2004	Deputado Estadual	(PN) → Dep. Fed./Senador (E) → Dep. Estadual (PL) → Prefeito → (E) → Dep. Estadual (PL) → Prefeito	(PN) → Dep. Fed./Senador (E) → Dep. Estadual (PL) → Prefeito → (E) → Dep. Estadual (PL) → Prefeito	3.1 3.2 3.3 3.4
4	Deputado Estadual		Deputado Estadual	(PN) → Dep. Fed./Senador (E) → Dep. Estadual (PL) → Prefeito → (E) → Dep. Estadual (PL) → Prefeito	(PN) → Dep. Fed./Senador (E) → Dep. Estadual (PL) → Prefeito → (E) → Dep. Estadual (PL) → Prefeito	4.1 4.2 4.3 4.4
5	Deputado Estadual		Deputado Estadual	(PN) → Dep. Fed./Senador (E) → Dep. Estadual (PL) → Prefeito → (E) → Dep. Estadual (PL) → Prefeito	(PN) → Dep. Fed./Senador (E) → Dep. Estadual (PL) → Prefeito → (E) → Dep. Estadual (PL) → Prefeito	5.1 5.2 5.3 5.4
6	Deputado Estadual	Vereador	Deputado Estadual	(PN) → Dep. Fed./Senador (E) → Dep. Estadual (PL) → Prefeito → (E) → Dep. Estadual (PL) → Prefeito	(PN) → Dep. Fed./Senador (E) → Dep. Estadual (PL) → Prefeito → (E) → Dep. Estadual (PL) → Prefeito	6.1 6.2 6.3 6.4
7	Dep. Federal ou Senador		Deputado Estadual	(PN) → Dep. Fed./Senador (E) → Dep. Estadual (PL) → Prefeito → (E) → Dep. Estadual (PL) → Prefeito	(PN) → Dep. Fed./Senador (E) → Dep. Estadual (PL) → Prefeito → (E) → Dep. Estadual (PL) → Prefeito	7.1 7.2 7.3 7.4

Nota: (PN) ambição progressiva nacional, (E) progressiva estadual, (PL) progressiva local, (E) estática, (RE) regressiva estadual, e (RL) regressiva local.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2002, 2004, 2006, 2008 e 2010.

Em relação ao percurso anterior à chegada à assembleia legislativa foi possível identificar sete grupos de trajetórias. O primeiro grupo compreende os deputados iniciantes na carreira política que se elegeram pela primeira vez para o cargo de deputado estadual em 2006. O segundo grupo compreende os deputados que disputaram o cargo de vereador (eleitos ou não) nas eleições de 2004. O terceiro grupo compreende aqueles que disputaram as eleições para o cargo de prefeito em 2004, incluindo também aqueles que exerceram o segundo mandato de prefeito entre os anos de 2000 e 2004, não podendo disputar novamente para o mesmo cargo¹⁰. O quarto grupo compreende os indivíduos que disputaram as eleições para deputado estadual em 2002 (eleitos ou não) e não disputaram nenhum cargo nas eleições de 2004. Já o quinto grupo compreende os indivíduos que não só disputaram as eleições de 2002 para deputado estadual, mas também disputaram para o cargo de prefeito nas eleições de 2004. O sexto grupo compreende o conjunto de deputados que disputaram para o cargo de vereador nas eleições de 2004, mesmo tendo disputado o cargo de deputado estadual na eleição anterior¹¹. Por fim, o sétimo e último grupo compreende os deputados que disputaram cargos em nível nacional nas eleições de 2002 (deputado federal ou senador)¹².

Quanto ao percurso posterior, as opções são: (1) a disputa para o cargo de deputado federal ou senador nas eleições de 2010, o que implica em ambição progressiva nacional; (2) a disputa para o cargo de deputado estadual nas eleições de 2010, simbolizando uma ambição estática; (3) a disputa para o cargo de prefeito em 2008 implicando em derrota (ambição progressiva local) e posteriormente ao cargo de deputado estadual em 2010 (ambição regressiva estadual); e por fim, (4) a disputa vitoriosa para o cargo de prefeito em 2008, o que representa uma ambição progressiva local.

Portanto, resta saber qual seria a ambição predominante da carreira dos deputados estaduais eleitos em 2006 já que os percursos tanto de entrada quanto de saída foram bastante diversos, o que corresponde à diversidade de trajetórias possíveis de carreira política num sistema federativo tripartite. Para isso, optou-se por identificar a ambição predominante dos deputados a partir da trajetória posterior à eleição de 2006, sendo assim, São consideradas de *ambição progressiva no âmbito nacional* as trajetórias em que o deputado concorreu para os cargos de deputado federal ou senador em 2010, são consideradas de *ambição puramente estática* as trajetórias em que o deputado disputou

¹⁰Apesar destes indivíduos não estarem exercendo cargo eletivo no momento da disputa em 2006, optou-se por incluí-los no terceiro grupo por partilharem de trajetória de entrada semelhante dos demais.

¹¹Portanto, pela natureza regressiva da ambição neste segmento de trajetória, de deputado estadual para vereador, decidiu-se por separar esse conjunto de deputados do quinto grupo, apesar de ambos representarem ambição local.

¹²Neste grupo foram incluídos os indivíduos que disputaram cargos locais nas eleições de 2004, já que, independentemente de terem concorrido para um cargo no executivo local, a trajetória de entrada é predominantemente regressiva.

novamente para o cargo de deputado estadual nas eleições de 2010, são consideradas de *ambição pseudo-estática* as trajetórias em que o deputado concorreu sem sucesso para o cargo de prefeito nas eleições de 2008 e, finalmente, são consideradas de *ambição progressiva no âmbito local* as trajetórias em que o deputado concorre de maneira vitoriosa para o cargo de prefeito nas eleições de 2008.

Com base nessa classificação, na próxima seção buscar-se-á evidências no sentido da hipótese anteriormente apresentada, ou seja, de que os padrões espaciais de votação (procedimento descrito no tópico 3.1) apresentam relação significativa com as diferentes trajetórias identificadas, principalmente em relação a sua ambição predominante.

4 RESULTADOS

Nesta seção buscou-se analisar a significância da associação entre os padrões espaciais de votação e as diferentes trajetórias de carreira. Neste sentido, na tabela 1 são apresentados os resultados do cruzamento entre os padrões espaciais de votação e os grupos de trajetória definidos no tópico 3.2. Quando se comparara a distribuição dos deputados classificados em cada padrão espacial de votação com a distribuição do total dos deputados em cada um dos grupos de trajetórias podemos perceber algumas tendências no sentido da hipótese anteriormente apresentada.

Tabela 1 – Grupos de trajetórias de carreira segundo os padrões espaciais de votação

Padrões espaciais de votação		Grupos de trajetórias							Total
		1	2	3	4	5	6	7	
Concentrado-dominante	N	8	6	17	41	8	1	3	84
	%	9,5	7,1	20,2	48,8	9,5	1,2	3,6	100
Concentrado-compartilhado na capital	N	19	5	0	35	1	3	4	67
	%	28,4	7,5	0,0	52,2	1,5	4,5	6,0	100
Concentrado-compartilhado nos demais municípios	N	9	8	7	44	10	3	2	83
	%	10,8	9,6	8,4	53,0	12,0	3,6	2,4	100
Fragmentado-dominante	N	2	0	0	11	0	0	0	13
	%	15,4	0,0	0,0	84,6	0,0	0,0	0,0	100
Fragmentado-compartilhado	N	4	1	0	18	0	0	0	23
	%	17,4	4,3	0,0	78,3	0,0	0,0	0,0	100
Total	N	42	20	24	149	19	7	9	270
	%	15,6	7,4	8,9	55,2	7,0	2,6	3,3	100

Nota: $\chi^2 (24) = 53,288$; $p < 0,05$.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2002, 2004, 2006, 2008 e 2010.

Em primeiro lugar, considerando que o grupo 4 corresponde aos deputados que são oriundos da legislatura anterior, concluímos que o conjunto das assembleias consideradas renovaram, em média, mais da metade dos seus deputados nas eleições de 2006, sendo

que a maior parte dos novos deputados chegou à assembleia sem qualquer experiência anterior em cargos representativos (15,6%).

Em relação aos diferentes padrões espaciais de votação, os deputados de padrão concentrado-dominante, quando comparado com o conjunto dos deputados, apresentam uma tendência a chegarem à assembleia legislativa depois de já terem passado por alguma prefeitura ou ter concorrido na eleição anterior, ao passo que é menor o número de deputados que não possuíam nenhum cargo legislativo anterior. Ou seja, esses deputados tendem a ser, em média, mais experientes do que os demais e essa experiência tende a ser no governo local.

Já em relação ao conjunto de deputados de padrão concentrado-compartilhado na capital, ao mesmo tempo em que identificamos um aumento na proporção dos deputados iniciantes na carreira em cargos eletivos, ou que já estavam afastados por um tempo. Ao contrário do grupo anterior, esse conjunto de deputados tende a ser em média menos experiente do que os demais. Essa maior concentração de deputados novatos pode ter como justificativa a elevada competição política nas capitais onde a renovação do mandato se torna um desafio ao mesmo tempo em que a concentração populacional favorece alcance do quociente eleitoral necessário para ser eleito.

Por outro lado, considerando-se o conjunto dos deputados de padrão espacial concentrado-compartilhado nos demais municípios do estado há pouca diferença na distribuição dos grupos de trajetórias em relação ao conjunto dos deputados. Percebe-se um ligeiro aumento na proporção de deputados do grupo 5, ou seja, aqueles que se elegeram como deputado estadual em 2002 e ainda assim tentaram (ainda que sem sucesso) o cargo de prefeito nas eleições de 2004. E esse maior percentual de deputados no grupo 5 teve como contraponto uma menor proporção de deputados iniciantes na carreira no legislativo estadual em 2006.

O conjunto de deputados que apresentaram um padrão de votação fragmentado-dominante é bastante reduzido em comparação com os demais, até mesmo pela natureza peculiar de sua distribuição espacial. Por este motivo qualquer tentativa de comparação com os deputados que apresentaram outros padrões espaciais fica limitada. Esse fato, no entanto, não nos impede de perceber que há certa tendência a uma maior proporção de deputados do grupo 4, ou seja, daqueles deputados que se reelegeram nas eleições de 2006. Portanto, fica claro o vínculo que este padrão espacial possui com a dinâmica política estadual, ao menos em relação à trajetória de entrada.

Por fim, o resultado da distribuição dos grupos de trajetória dentre os deputados de padrão fragmentado-compartilhado pouco se difere do conjunto de deputados de perfil fragmentado-dominante. Da mesma forma pode-se dizer que esses deputados possuem forte vínculo com a dinâmica estadual do ponto de vista da trajetória de entrada.

Já a tabela 2 abaixo apresenta a associação entre a ambição predominante das trajetórias de carreira apresentadas pelos deputados e o padrão espacial de votação.

Tabela 2 – Tipos de ambição de carreira predominante segundo os padrões espaciais de votação

Padrões espaciais de votação		Tipo de ambição predominante				Total
		progressiva nacional	estática	pseudo-estática	progressiva local	
Concentrado-dominante	N	4	54	15	11	84
	%	4,8	64,3	17,9	13,1	100
Concentrado-compartilhado na capital	N	5	61	1	0	67
	%	7,5	91,0	1,5	0,0	100
Concentrado-compartilhado nos demais municípios	N	11	54	16	2	83
	%	13,3	65,1	19,3	2,4	100
Fragmentado-dominante	N	1	12	0	0	13
	%	7,7	92,3	0,0	0,0	100
Fragmentado-compartilhado	N	10	13	0	0	23
	%	43,5	56,5	0,0	0,0	100
Total	N	31	194	32	13	270
	%	11,5	71,9	11,9	4,8	100

Nota: $\chi^2 (12) = 65,96$; $p < 0,05$.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2002, 2004, 2006, 2008 e 2010.

Comparando-se a composição dos padrões espaciais de votação de acordo com os tipos de ambição predominantes nas trajetórias dos deputados com a distribuição dessas ambições no conjunto dos deputados, encontramos resultados interessantes.

Em primeiro lugar, percebe-se a ligação que os deputados de padrão concentrado-dominante possuem com a dinâmica local, pelo fato de que 13,1% dos deputados desse grupo apresentaram ambição predominante progressiva local que somados os 17,9% de deputados com ambição pseudo-estática, somam mais de um quarto do total de deputados deste grupo.

Ambos os grupos de deputados com padrão concentrado-compartilhado na capital e fragmentado-dominante apresentaram uma maior proporção de deputados com ambição puramente estática. Conforme dito anteriormente ambos os perfis apresentam forte ligação com a dinâmica política estadual e, portanto, excluindo-se os parlamentares que se aposentaram e demais situações de impedimento de candidatura, esses deputados em sua quase totalidade buscaram a reeleição em 2010.

Todavia, o grupo de deputados de padrão concentrado-compartilhado nos demais municípios apresentou um padrão muito mais próximo daquele apresentado pelos deputados de padrão concentrado-dominante. A diferença entre ambos está na concentração de deputados de ambição progressiva no âmbito local que é maior entre os

deputados de padrão concentrado-dominante do que dentre os deputados de padrão concentrado-compartilhado nos demais municípios.

Por fim, os deputados de padrão espacial fragmentado-compartilhado apresentaram um perfil muito mais equilibrado entre as ambições estática e progressiva nacional. O que indica uma conexão maior com a dinâmica política nacional, sendo o cargo de deputado estadual apenas um trampolim para a ascensão na carreira em nível federal.

5 CONCLUSÕES

O presente artigo apresenta algumas contribuições para os estudos sobre carreiras legislativas, tanto de natureza teórica quanto empírica. Em primeiro lugar, do ponto de vista teórico, demonstramos a importância da mudança do foco da reeleição, especialmente os determinantes do sucesso e fracasso nesta empreitada, para a análise das trajetórias individuais dos deputados em relação aos diferentes cargos disponíveis, principalmente, considerando que a configuração espacial das votações dos deputados se apresenta como um importante elemento condicionante dessas trajetórias.

E, em segundo lugar, do ponto de vista empírico, chamamos atenção para o fato de que é necessário ao analisarmos as trajetórias de carreira dos deputados, tomarmos mais de dois pontos no tempo, incluindo assim a presença em competições para cargos nos diferentes níveis (nacional, estadual e municipal). Já que a análise de dois pontos no tempo pode ocultar ambições em diferentes níveis, principalmente como é o caso da ambição pseudo-estática, na qual os deputados que concorrem em eleições locais e por conta do insucesso buscaram a reeleição nos cargos legislativos. Caso analisados apenas em dois pontos no tempo esses deputados seriam classificados erroneamente como sendo de ambição estática, o que não é coerente com a sua presença em disputas para o Executivo municipal.

Com isso, chamamos atenção para uma segunda implicação teórica na análise das ambições de carreiras legislativas que decorre diretamente da inovação metodológica apresentada, ao analisarmos a trajetória dos deputados em diferentes pontos no tempo. Isto é, ao considerarmos as ambições dos deputados para cargos eletivos em um sistema federativo, não podemos ignorar os insucessos em disputas para quaisquer dos níveis, com o risco de ocultarmos uma ambição predominantemente local, mesmo que mal sucedida. Essa constatação destaca, inclusive, a importância que os diferentes graus de competição associados aos diferentes cargos, especialmente se comparamos a disputa para o cargo legislativo estadual e para os cargos executivos nos municípios, possuem sobre as trajetórias apresentadas. Se de fato, uma parte significativa dos deputados apresenta uma ambição de carreira predominantemente local, o que em grande medida corresponde à

forma como se distribui espacialmente a sua votação, todavia a competição eleitoral no plano municipal se coloca como um obstáculo para o sucesso nessa empreitada. Aqui cabe o destaque de que é bastante provável que os deputados que disputaram os pleitos municipais tivessem como concorrentes os atuais prefeitos, o que minimizaria e muito as suas chances de vitória.

Por fim, A partir dos resultados apresentados pode-se considerar que a ambição estática é de fato predominante dentre os deputados estaduais eleitos em 2006 para as assembleias legislativas consideradas. O que coincide sobremaneira com o achado de Leoni, Pereira e Rennó (2001) para a Câmara dos Deputados. Esse resultado empírico assume importância especialmente porque dada a leitura vigente até o momento sobre a dinâmica institucional nos Legislativos estaduais, poderíamos esperar que os deputados buscassem outros cargos em maior medida do que permanecer no mesmo cargo. Além disso, assumindo-se o argumento de Samuels(2003) de que a ambição de carreira está relacionada com a natureza do cargo, e que a ambição dos deputados é predominantemente progressiva, o resultado aqui encontrado relativiza essa afirmação também para os deputados estaduais. E a explicação para isso parece estar no fato de que o padrão espacial de votação dos deputados, ao representar formas diferentes de relacionamento com as bases eleitorais, condiciona diretamente as trajetórias de carreira dos deputados.

Esperamos futuramente ampliar o número de assembleias legislativas estudadas, assim como o número de anos considerados, a fim de submetermos a hipótese aqui apresentada a um teste mais robusto, com um maior conjunto de dados e uma maior diversidade institucional, inclusive possibilitando a adoção de uma perspectiva comparada.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando L.. *Os Barões da Federação: os governadores e a redemocratização brasileira*. São Paulo: Hucitec/Departamento de Ciência Política, USP, 1998.

AMES, Barry. *Os Entraves da Democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ANASTASIA, Fátima; CORREA, Izabela; NUNES, Felipe. "Caminhos, veredas e atalhos: legislativos estaduais e trajetórias políticas". In: MENEGUELLO, Rachel (org.). *O Legislativo brasileiro: funcionamento, composição e opinião pública*. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Comunicação Social, 2012.

ARNOLD, Douglas. *The Logic of Congressional Action*. New Haven, Yale University Press, 1990.

CARVALHO, Nelson R. de. *E no início eram as bases: Geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

CASTRO, Mônica M. M. de; ANASTASIA, Fátima; NUNES, Felipe. “Determinantes do comportamento particularista de legisladores estaduais brasileiros”. In: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 52, n. 4, pp. 961-1001, 2009.

CORRÊA, Filipe Souza. *Conexões eleitorais, conexões territoriais: as bases socioterritoriais da representação política na metrópole fluminense*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

LEONI, Eduardo; PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lúcio. “Estratégias para sobreviver politicamente– Escolha de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil”. In: *Opinião Pública*, Campinas, v. 9, n. 1, pp. 44-67, 2003.

MAYHEW, David. *Congress: The Electoral Connection*. New Haven: Yale University Press 1974.

PEREIRA, Carlos, *What Are the Conditions for the Presidential Success in the Legislative Arena? The Brazilian Electoral Connection*. Ph.D. Thesis, The New School University, New York, 2000.

_____; RENNÓ, Lúcio. “O que é que o reeleito tem? Dinâmicas político-institucionais locais e nacionais nas eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados”. In: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 2, 2001.

_____. “O que é que o reeleito tem? O retorno: o esboço de uma teoria da reeleição no Brasil”. In: *Revista de Economia Política*, v. 27, n. 4, pp. 664-683, 2007.

POLSBY, Nelson W. “The Institutionalization of the U.S. House of Representatives”. In: *American Political Science Review*, v. 62, n. 1, pp. 144-168, 1968.

SAMUELS, David. “Ambition and Competition: Explaining Legislative Turnover in Brazil”. In: *Legislative Studies Quarterly*, v. 25, n.3, pp. 481-497, 2000.

_____. *Ambition, Federalism, and Legislative Politics in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

SANTOS, Fabiano (org.). *O Poder Legislativo nos estados: diversidade e convergências*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

TOMIO, Fabrício. “Iniciativas, cenários e decisões no processo legislativo estadual”. In: *Revista de Estudos Legislativos*, v. 5, pp. 54-70, 2011.

TOMIO, Fabrício; RICCI, Paolo. “O governo estadual na experiência política brasileira: As performances legislativas das Assembleias estaduais”. In: *Revista de Sociologia e Política (Online)*, v. 20, pp. 193-259, 2012a.

. “Seis décadas de processo legislativo estadual: processo decisório e relações executivo/legislativo nos estados (1951-2010)”. In: *Cadernos da Escola do Legislativo*, v. 13, pp. 57-108, 2012b.

. “Instituições e decisões: estudo comparativo do processo legislativo nas Assembleias Estaduais”. In: *7o Encontro da ABCP - Associação Brasileira de Ciência Política*, 2010.

. “The electoral connection in the context of Brazilian state legislative assemblies: myth or reality?”. In: *LASA2009 - Latin American Studies Association*, Rio de Janeiro - RJ, 2009.